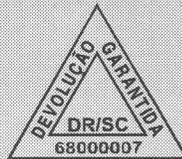


NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC



CORREIO
IMPRESSO ESPECIAL
nº68000007/2002
ECT/SC
ALESC

Florianópolis, 09 de agosto de 2002

Ano 4 Nº 103

Legislativo propõe medidas de auxílio contra a violência

A escalada assustadora de crescimento da violência também em Santa Catarina, motivou reunião das lideranças partidárias representadas no parlamento com a direção da mesa. Do encontro realizado na terça-feira (06), foi elaborado um documento contendo algumas sugestões e deliberações que, segundo o presidente da Assembleia, Onofre Agostini (PFL), podem melhorar a segurança pública.

As ações propostas serão encaminhadas ao governo do Estado. No total, são quatro ações, começando pela abertura e disposição do parlamento para a discussão e deliberação - em qualquer tempo - de medidas para acabar com o caótico quadro da segurança hoje. Um dos pontos mais destacados pelo presidente do Legislativo é o estí-

mulo e incremento à formação das polícias municipais, tirando ainda de funções burocráticas as dezenas de polícias que voltariam às ruas. "A polícia comunitária funciona. Já existem municípios em Santa Catarina que a instituíram e está provado que reduziram os índices", afirmou Agostini. O redimensionamento do número de policiais militares lotados na Assessoria Militar da Casa também é uma das medidas contidas no documento deliberado pelas lideranças de bancada. Como última proposta, os deputados sugerem a volta do Fórum de debate da criminalidade e violência, desta vez em caráter permanente.

O documento lembra ainda, em seu último parágrafo, que a Moção nº 83101 do Legislativo, encaminhada em dezembro do ano passado ao governador, contém diversas sugestões, de curto e médio prazo,



Reunião das lideranças partidárias

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

para a segurança no Estado, discutidas e deliberadas nas reuniões da Subcomissão Especial de Segurança Pública, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT).

Redução de verbas - O presidente Agostini comunicou aos líderes partidários que os deputados que são candidatos terão uma redução de 50% na verba de gabinete a partir desse mês até o dia das eleições. Para atender as normas da lei eleitoral não poderão também, neste período, usar veículo oficial, diárias, passagens ou verbas de subvenção social em suas peregrinações em busca de voto. (MMV)

Toque da paz

Há 57 anos, no dia 9 de agosto de 1945, exatamente às 11h02 a cidade japonesa de Nagasaki era devastada por uma bomba atômica. Para relembrar as milhares de vítimas e dando continuidade às atividades do *Movimento pela Paz*, além de prestigiar a construção do *Parque do Sino e da Paz* no município de Frei Rogério, a *Associação das Vítimas e os Descendentes de Explosões de Bombas Atômicas* realizaram nessa data (9) o *Toque do Sino da Paz*, no mesmo horário da explosão.

Presentes, cerca de mil alunos das escolas de várias cidades do estado para confeccionar mil *origamis*, as dobraduras feitas com papel vegetal colorido.

Rodovia

Simultaneamente, o presidente da Assembleia, deputado Onofre Agostini (PFL), apresentou projeto para denominar o trecho Curitiba-Frei Rogério, SC-451, de Rodovia da Paz Soldado José Luiz Andrade, prestando ainda homenagem ao policial que atuava como bombeiro e faleceu em serviço em julho de 2001. (TK e MIL)

Alesc cumpre calendário especial

A imprensa catarinense voltou a criticar, na última semana, o número de sessões reduzidas nos dois meses pós-recesso e pré-eleitoral. O calendário especial, como é chamado o cronograma de trabalho estabelecido para os anos em que ocorrem as renovações dos parlamentos, não reduz o número de sessões plenárias anuais. Concentra-as, permitindo a apreciação normal das proposições sem provocar qualquer acúmulo. Foi instituído em 1994, seguindo a mesma sistemática estabelecida pelo Congresso Nacional.

O período especial vem acontecendo desde abril. Até o mês de junho ocorreram sessões nas terças e quartas-feiras, divididas em dois turnos, matutino e vespertino e nas quintas-feiras na parte da manhã, num total de 54 plenárias.

Já neste mês de agosto, as sessões dos trabalhos legislativos foram realizadas nos dias 6 e 7, sendo que em setembro serão realizadas nos dias 3 e 4, também em sessão dupla. Assim, as sessões dos meses anteriores compensam estes dois últimos meses, chegando no total ao mesmo número de sessões realizadas em 2001. (AI)

OPINIÃO

Oeste comunitário



O nosso Oeste de Santa Catarina sempre foi movido por um forte espírito comunitário. Desde a colonização do Rio Grande do Sul e também da imigração de europeus, sempre preservamos valores humanos. A solidariedade e a cooperação mútua são a nossa identidade.

Apesar da vida urbana, pós-industrial e moderna coagir as pessoas a posturas consumistas, competitivas e, às vezes, agressivas, continuamos com fortes características de fraterna convivência comunitária.

O Oeste de Santa Catarina é uma das regiões mais desenvolvidas do mundo em produção agro-industrial. Suíno, frango, leite, gado de corte, laranja, uva, milho, feijão e fumo são algumas atividades nas quais somos expoentes. Tudo isto só é possível com muita tecnologia, muito empenho e trabalho humano competente. E isto nosso povo tem de sobra.

Mesmo nas adversidades com chuva excessiva ou falta da mesma, vendáveis, preços abaixo do custo de produção e mercado retraído, a população encontra sempre fórmulas para continuar nas suas atividades. O Esta-

do, através do Governo Amin, faz a sua parte com programas de incentivo especialmente à agropecuária. Citamos o programa do troca-troca, reforestamento, bolsa-estagem, micro-bacias, etc. O Oeste merecidamente teve seu apoio e terá muito mais ainda nos próximos anos.

A realidade atual faz um reordenamento geográfico e populacional nos municípios do Oeste. Um percentual cada vez maior encontra-se nas cidades e muitos deslocam-se para outras regiões do país. Por outro lado, é visível o aumento de bens de consumo, mais veículos, mais casas bonitas e bem organizadas, melhor saúde e um melhor nível de escolaridade da nossa população do Oeste de Santa Catarina.

Este é o meu maior orgulho. Sabemos que há problemas, mas há muito mais soluções. O estado de espírito da população é jovial, alegre, esportivo e, acima de tudo, comunitário. Não perdemos nossas raízes. Somos solidários, somos cooperativos, permanecemos profundamente comunitários. Espero que esta vitalidade do povo do Oeste permaneça e todos os esforços que estão ao meu alcance aqui na Assembléia Legislativa para perpetuar este espírito comunitário farei de bom gosto, com alegria e tomado por este espírito comunitário do povo do Oeste.

Deputado Afonso Spaniol (PPB)

afonso@alesc.sc.gov.br

O direito ao ensino superior gratuito



No vestibular do ano 2000, a Udesc apresentava média de 11,5 candidatos por vaga e a UFSC ficava pouco atrás, com 8,3 concorrentes a uma vaga; enquanto isso, apesar de representar 83,4 mil das 118 mil matrículas feitas naquele ano, as 37 unidades de ensino superior privado de Santa Catarina alcançavam no vestibular média de 1,9 candidato por vaga. A explicação para essa disparidade na relação oferta/procura parece óbvia: falta de dinheiro.

A intensa disputa pelas vagas da universidade gratuita apresenta, porém, sinais de desigualdade na luta: 75% dos que se inscrevem na seleção

são oriundos da escola pública, mas apenas 20% das vagas são preenchidas por eles. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do MEC, um aluno da escola particular tem uma em nove chances de ser aprovado no vestibular; para os estudantes do ensino público, as possibilidades caem para uma em 104 chances.

Sobre o acesso à universidade pública, o cientista político Sérgio Abranches destacou, em artigo publicado na revista "Veja": "Há cursos de qualidade comparável à das universidades públicas. Mas o ensino superior gratuito continua aberto aos ricos e inacessível aos pobres." Vale um acréscimo a essa assertiva: com os impostos, os pobres também ajudam a sustentar a universidade pública, mas são os ricos que usufruem da qualidade – e da gratuidade – desse ensino.

O artigo 170 da Constituição estadual dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos alunos carentes matriculados nas instituições particulares de ensino superior, mas, segundo dados da Secretaria de Estado da

Educação e do Desporto, apenas 56,95% dos pedidos de ajuda estão sendo atendidos este ano. Nas 21 fundações universitárias beneficiadas pelo Programa de Bolsas de Estudo e de Pesquisa, 30.695 alunos candidataram-se a receber auxílio financeiro, mas apenas 17.482 estão sendo beneficiados com os R\$ 23.518.968,00 – em dez parcelas – destinados pelo governo do Estado às entidades educacionais. Isso dá uma média de R\$ 1.345,32 por aluno, ao ano.

Proposta de emenda constitucional apresentada por mim à Assembléia pode ser a solução para esse problema. Hoje, segundo o artigo 167 da Constituição de Santa Catarina, o Estado destina 25% de seu orçamento à Educação; minha proposta é elevar essa porcentagem para 30% e, com esses 5% excedentes, garantir aos estudantes comprovadamente carentes o acesso ao ensino superior gratuito.

Esse realinhamento é permitido pelo artigo 212 da Constituição Federal, que determina caber aos Estados, Distrito Federal e Municípios a aplicação de "vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

O artigo 6º da Constituição define a Educação como um direito social, mas, como em muitos outros casos, esse direito precisa ser conquistado, e a capacidade de mobilização é muito importante para essa conquista. No caso da proposta de emenda, é necessário que a sociedade como um todo, e os estudantes em particular, trabalhem para sua aprovação pressionando os deputados a votarem favoravelmente. A mobilização é imprescindível e, acima de tudo, necessária, porque a Educação em Santa Catarina somente terá a ganhar.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB)

ronaldo@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Gelson Sorgato (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - SC 00317-JP
 Chefe de Redação: Marise Ortega
 Redatores: Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Mirela Maria Vieira
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL RECESSO

Honraria de mérito à Irmã Célia Cadorin

Postuladora da canonização de Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus, a Irmã Célia Cadorin foi homenageada no dia 8 de julho no Santuário de Vigolo, em Nova Trento, em sessão solene promovida pela Assembléia. Os autores do requerimento que solicitou a cerimônia foram os deputados Rogério Mendonça (PMDB), Ivan Ranzolin (PPB), Jorginho Mello (PSDB) e Sandro Tarzan (PPB).

Grupos folclóricos e corais abrilhantaram a sessão, comandada pelo presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), que também homenageou o prefeito Godofredo Tonini e a Irmã Salete Bampi, coordenadora da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição. (RV)



(foto Carlos Kilian)

Prefeito Tonini, Irmã Célia e o presidente Onofre

Encontro da Uvesc

No último dia 25, o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), foi um dos palestrantes do *II Seminário Estadual de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais*, realizado em Concórdia, no Parque Atílio Fontana. No encontro promovido pela União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc), Onofre falou sobre *A Importância e a Independência do Poder Legislativo*. Em seguida, representando a Escola do Legislativo da Assembléia, palestraram os funcionários da Casa, Vera Farias e Marcelo Richard, com o tema *Processo Legislativo e Técnicas Legislativas*.

Homenagem aos 25 anos da Igreja Universal

Requerida pela deputada Odete de Jesus (PL), foi realizada no último dia 25 sessão solene em comemoração aos 25 anos de existência da *Igreja Universal do Reino de Deus*. Placa comemorativa foi entregue ao bispo Emerson Carlos de Oliveira, líder da Universal em Santa Catarina.

Presentes ao ato, o bispo auxiliar Fábio José dos Santos, o bispo em Joinville, Jorge Brito, Anderson de Souza, pastor e diretor da TV Record em SC,

o representante do Conselho de Ética das Entidades Religiosas de Santa Catarina/CER-SC, Hildo Albino da Luz e o presidente da Ordem dos Pastores do Brasil, Armindo Klein.

Nas galerias, pastores e simpatizantes da Universal foram espectadores de um vídeo de 20 minutos. Foi contada um pouco da história desta denominação evangélica que teve sua primeira Igreja fundada em 9 de julho de 1977, no subúrbio carioca, e hoje está em 80 países. (MMV).

Os 101 anos do nascimento de Antonieta de Barros, a primeira mulher a exercer um mandato de deputada estadual, além de ser a primeira parlamentar negra do Brasil, foram comemorados no dia 11 de julho, no Plenário da AL. A sessão foi aberta pelo presidente Onofre Agostini (PFL) e um dos momentos especiais do evento foi a entrega da *Medalha do Mérito Antonieta de Barros* para mulheres ou entidades, que realizaram trabalhos relevantes em defesa dos direitos da mulher.

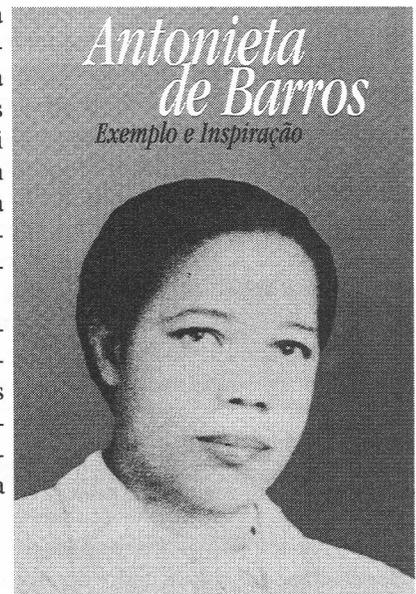
Esta é a segunda edição de entrega de medalhas instituída em agosto de 2000, através do projeto da deputada Ideli Salvatti (PT) como uma das primeiras iniciativas visando o centenário do nascimento da ex-parlamentar, ocorrido em 11 de julho de 2001, data em que ocorreu a 1ª outorga da Medalha.

AL media conversações sobre tarifas

Audiência pública realizada em 23 de julho, por solicitação do deputado Afrânio Boppré (PT) atendendo reivindicação dos moradores de São José, possibilitou a formação de uma *Comissão Especial* para encontrar uma solução sobre as tarifas de esgoto no município.

As tarifas, conforme reclamam os moradores representados pelas associações dos bairros Kobrasol e Campinas, significaram um aumento de 80% sobre as faturas de água. A comissão é formada pelos representantes das duas associações, do procurador da Prefeitura de São José, um promotor do Ministério Público no município, dois da Casan e dois vereadores. (MMV)

Medalha de Mérito Antonieta de Barros



Em seu discurso, Ideli leu alguns pensamentos de Antonieta, que há 70 anos já defendia a educação para todos, independente da classe social, assim como a igualdade de direitos entre homens e mulheres. "Por estes pensamentos é que as pessoas que receberam a medalha Antonieta de Barros devem se orgulhar e ter a responsabilidade de honrá-la", afirmou a parlamentar.

A professora Sebastiana Ermelinda Becker, discursou em nome de todos os 60 homenageados indicados pelos parlamentares e que se destacaram na defesa dos direitos da mulher. (TK)

COMISSÕES

CPE do Suíno aponta sugestões para crise no setor

A Comissão Parlamentar Externa (CPE) do Suíno vai reivindicar junto ao governo estadual a isenção de alíquotas para exportação de leitões em caráter emergencial. Esta é uma das medidas aprovadas na última reunião da CPE, no dia 8. Presentes à reunião, o presidente da Comissão, deputado Moacir Sopelsa (PMDB) e os deputados Gelson Sorgato (PMDB), Jaime Mantelli (PDT), Odacir Zonta (PPB) e João Henrique Blasi (PMDB), e representantes dos sindicatos das indústrias da carne de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, das associações catarinense e brasileira dos criadores de suínos e da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Carne Suína (Abipecs).

Por sugestão do deputado Jaime Mantelli, entre as medidas sugeridas para aliviar a crise, a CPE vai propor que o Executivo priorize a carne suína para o fornecimento de alimentação no setor público. Uma campanha nos meios de comunicação estimulando o consumo da carne *in natura*, hoje limitado a apenas 3 quilos por habitante, também está entre as sugestões ao governo. "Se conseguirmos aumentar o consumo em meio quilo acabaremos com a carne que está sobrando", afirmou o deputado Odacir Zonta. A queda na demanda nos mercados internos e externos acarretou o excesso de carne com o produtor, que viu o preço pago pelo quilo do suíno vivo cair para R\$ 1,12. Somado ao alto preço do milho e ao elevado nível de matrizes alojadas nas

propriedades rurais o setor enfrenta a pior crise dos últimos anos.

Segundo o presidente da Abipecs, Pedro Benhur Bohren, existe a possibilidade do governo federal liberar recursos para as agroindústrias estocarem carcaças, evitando a perda na produção. Bohren enfatizou a necessidade de organizar a produção para que o Brasil tenha presença permanente no mercado externo. Para isso, no próximo dia 13,



Deputados Zonta, Sopelsa e Sorgato

os sindicatos das indústrias da carne dos três estados do Sul realizam encontro em Florianópolis, a partir das 10 horas, na sede do sindicato catarinense. (RMPP)

Criminalidade infantil e juvenil

A Subcomissão Especial sobre Segurança Pública da AL, subordinada à Comissão de Trabalho, realizou no dia 1º na Assembléia o 11º encontro para discutir assuntos ligados a práticas delituosas envolvendo crianças e adolescentes no Estado, em especial o uso de drogas ilícitas que, segundo índices de ocorrência policial, crescem assustadoramente.

Segundo o presidente, deputado Jaime Mantelli (PDT), este ciclo de reuniões acontece quinzenalmente e busca aprofundar o debate com todos os ór-

gãos governamentais diretamente envolvidos com o assunto em pauta. Desta vez participaram representantes do Ministério Público, das Polícias Militar e Federal, das Secretarias de Justiça, Família e da Educação do Estado e da Família de Florianópolis, do Conselho Nacional de Entorpecentes (Conen/SC), Ufsc, Federação do Comércio do Estado além de assistentes sociais e dirigentes de comunidades terapêuticas.

No encontro foi discutida a fragmentação de atitudes no atendimento do menor delinqüente, desde o momento da ocorrência policial até a solução de encaminhamento, onde cada órgão apenas atende sua etapa numa completa dissociação com os que se seguem. Os participantes, de forma unânime, concordam que este processo leva os menores ao quadro de abandono e posterior reincidência.

A promotora Sonia Piardi, Coordenadora de Defesa dos Direitos Humanos da Cidadania e das Fundações, sugeriu que o Legislativo constitua através de lei, uma comissão técnica de apoio para o Judiciário.

Já o representante do secretário de Justiça e Cidadania, Jairo Brincas, defende um projeto de *Justiça Terapêutica Integrada*, que envolve o sistema judiciário, a estrutura educacional e assistencial do governo, os Conselhos Comunitários de Segurança e a sociedade civil. (CMB)

Saúde apresenta relatório

Amesmo do que acontece a cada três meses na Comissão de Saúde da Assembléia, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), o Plenarinho recebeu nessa semana um grande número de representantes de vários segmentos ligados ao setor de saúde em Santa Catarina para acompanhar a audiência pública que divulgou e analisou o relatório trimestral do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre os participantes, o secretário estadual da Saúde, João José Cândido, o promotor Gercino Gomes Neto, o presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, Edson Adriano e a vice-presidente do Conselho Estadual da Saúde, Silvana Pereira.

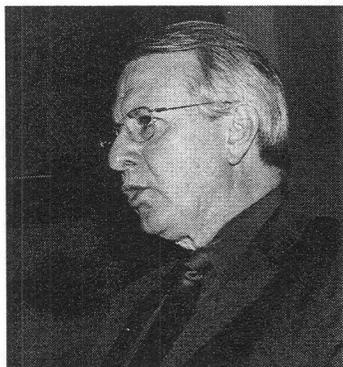
Do relatório constaram informações como produção de medicamentos, aplicações de vacinas, assistência hospitalar, exames laboratoriais, vigilância epidemiológica e aplicação de recursos federais e estaduais. Além dos resultados positivos desenvolvidos no estado, como o único no país a fornecer oxigênio medicinal em domicílio com recursos próprios a pacientes dependentes crônicos, foram relatadas também algumas metas não atingidas. A Campanha de Vacinação de Idosos, que em várias regionais não atingiu o mínimo desejado de vacinar 70% de pessoas com mais de 60 anos contra a gripe, é um exemplo. (RMPP)

PLENÁRIO

Atendimento a consumidores

O plenário aprovou projeto do deputado João Macagnan (PFL), que dispõe sobre o tempo de espera para atendimento de consumidores em estabelecimentos públicos e privados. De acordo com a matéria, o prazo de espera para o atendimento será de 15 minutos nos dias úteis normais e de no máximo 30 minutos, em dias que antecedem a feriados prolongados e nos imediatamente seguinte a eles. O não cumprimento da lei sujeitará o infrator às seguintes sanções progressivas: advertência, multa no valor de R\$ 425,64, de R\$ 851,28 e de R\$ 1.276,92.

“Diariamente os consumidores de todas as idades são desrespeitados e esperam horas em filas para serem atendidos. Entendo que no dia em que fornecedores de serviços objetivarem maior qualidade naquilo que fazem, serão, por consequência



joamacagna@alesc.sc.gov.br óbvia, obrigados a abrir mais postos de trabalho, o serviço se aprimorará, o consumidor ficará mais satisfeito e o fantasma do desemprego desaparecerá”, assinala o deputado. Enquanto empresas, especialmente as recém privatizadas, preocuparem-se em enxugar seus quadros de funcionários, mantendo a mesma produção, é evidente que a qualidade do atendimento cairá. (CW)

Incentivos à Pecuária de Leite

Devido às dificuldades pelas quais passam os produtores de leite em Santa Catarina, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) conseguiu aprovar o projeto que dispõe sobre ações de incentivo à pecuária leiteira.

O parlamentar explica que são objetivos do *Plano de Incentivo à Pecuária de Leite*: o aumento da produção e produtividade do setor; a garantia de oferta estável ao produto e seus derivados; a qualidade assegurada ao leite oferecido ao consumidor; o estímulo à competitividade no setor; a captação de recursos e a divulgação da importância do leite

de boa qualidade à alimentação humana.

Em sua proposta, Mendonça diz que o Executivo em sua administração do plano deverá: cadastrar as unidades de produção e industrialização com vistas ao controle sanitário; desenvolver pesquisas com o objetivo de melhorar a qualidade ge-



rogerio@alesc.sc.gov.br

nética do rebanho, os níveis de manejo alimentar e sanitário e a qualidade do leite e seus derivados; fornecer orientação técnica e implantar mecanismos de prevenção e controle permanente de doenças que ponham em risco a qualidade do produto, entre outras medidas. (SD)

Deputados apreciam pacote de vetos

Nessa semana, dos 19 vetos governamentais apreciados pelo plenário, sete foram derrubados. São eles:

Notas Fiscais - ao projeto do deputado Manoel Mota (PMDB), que dispõe sobre a emissão de talão de Notas Fiscais do Produtor em nome da família. O objetivo é fazer com que a sociedade conheça e reconheça a chamada agricultura familiar, onde o espaço de produção e de trabalho se confunde com o espaço doméstico da unidade familiar,

Municípios - ao projeto alterando dispositivos da Lei Complementar 135/95 que trata das emancipações de municípios. A alteração refere-se ao artigo 16 da Lei que garante a emancipação dos municípios caso 15% da população votante a aprove através de plebiscito.

Fitoterapia e Plantas Medicinais - ao projeto do deputado Volnei Morastoni (PT), que autoriza o Poder Executivo a criar o programa Estadual de Fitoterapia e Plantas Medicinais.

Incentivo à cultura - ao projeto do deputado Cesar Souza (PFL), que visa incrementar os financiamentos e patrocínios às atividades esportivas, mediante incentivos às empresas que atuam no mercado de Santa Catarina.

Doença Celíaca - ao projeto do deputado José Paulo Serafim (PT), que institui no Estado o Programa de Assistência às Pessoas Portadoras da Doença Celíaca.

Policiais Civis e Militares - ao projeto do deputado Heitor Sché (PFL), determinando a convocação dos Policiais Civis e Militares

inativos para os quadros da secretaria de Segurança.

Faturas - Ao projeto do deputado Julio Garcia (PFL) que proíbe a utilização da média de quantitativos de fornecimentos de bens e serviços para emissão de fatura às concessionárias, permissionárias ou empresas que, sob qualquer forma de empreendimento, atuem em Santa Catarina.

Vetos mantidos

Bens culturais - ao projeto do deputado João Rosa (PTB), sobre modalidade de produção e difusão de bens e valores culturais, como forma de garantir a preservação de etnias formadoras da sociedade catarinense.

Armas de fogo - ao projeto do deputado Ivo Konell (PMDB), sobre o uso pelas Polícias Militar e Civil de armas de fogo apreendidas pela justiça.

Rodovia da Fé - ao projeto do deputado João Henriques Blasi (PMDB), denominando Rodovia da Fé a SC-411, trecho Tijucas a Nova Trento.

Caracteres em braille - ao projeto do deputado João Rosa (PTB), que obrigava a implantação nos elevadores de indicações dos andares através de caracteres em braille.

Dependentes químicos - ao projeto do deputado Adelor Vieira (PMDB), que previa o apoio técnico-financeiro dos Executivos estadual e municipais às entidades e organizações não governamentais dedicadas à assistência e

recuperação de dependentes químicos.

Montagem e desmontagem de veículos - ao projeto do deputado Francisco de Assis (PT) que obrigava o registro em órgão estadual dos estabelecimentos que atuam no ramo de montagem e desmontagem de veículos, mais especificamente para a comercialização de peças e acessórios usados e componentes considerados fora de uso.

Esporte Amador - ao projeto do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) dispondo sobre incentivos aos clubes e instituições que promovessem o esporte amador em Santa Catarina.

Policiais Civis e Militares e aposentadoria - aos projetos do deputado Heitor Sché (PFL) que assegurava a retribuição ao servidor policial vítima de lesão sofrida em diligência ou ação decorrente de sua atuação profissional e o que atualizava a regulamentação da aposentadoria do servidor público policial.

Vetos parciais

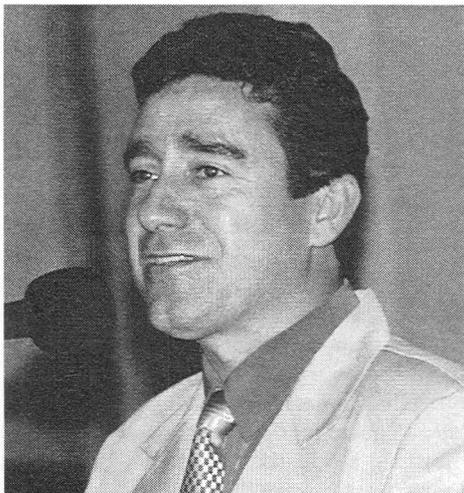
Os vetos parciais mantidos referem-se aos projetos que concedem títulos de *Capital* a municípios catarinenses, e são eles o do deputado Sandro Tarzan (PPB), declarando Ponte Alta *Capital Catarinense da Moranga*; do deputado Ivan Ranzolin (PPB), que reconhece Rio Rufino como município promotor da *Festa Nacional do Vime*, e do deputado Reno Caramori (PPB) denominando Campo Erê como *Capital Catarinense do Novilho Precoce*. (AI)

PLENÁRIO

Criada CPI para apurar irregularidades no Refis

Por iniciativa do deputado Francisco de Assis (PT), que conseguiu obter as 14 assinaturas necessárias, será instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, (CPI) para apurar irregularidades praticadas no âmbito da secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado, que levaram à inclusão extemporânea da empresa Malharia Cristina, sediada em Blumenau, no Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (Refis).

Segundo o parlamentar, a partir da regulamentação da lei do Refis, em 17 de julho de 2000, as empresas que precisassem regularizar seus créditos tributários teriam um prazo de três meses, a contar da regulamentação da lei, para serem incluídas no Refis. "Fiscais de Tributos Estaduais estiveram na Malharia e constatarem várias irregularidades, incluindo "caixa 2" e, mesmo a pedido dos pro-



assis@alesc.sc.gov.br

prietários em primeira instância não foi aceito o pedido para o ingresso no Refis", explicou Assis. "Porém, no dia 6 de fevereiro de 2001, com o prazo muito extrapolado, os proprietários entraram novamente com o pedido, que foi acatado pelos procuradores Sérgio Luiz Mar Pinto e Ricardo de Araújo Gama, e também pelo secretário da Fazenda, José Abelardo Lunardelli. Todos deferiram a divisão da dívida que chega a mais de R\$ 13 milhões", completou. (TK)

Apoio aos clubes do brasileiro

O deputado João Henrique Blasi (PMDB), com o apoio de outros parlamentares, encaminhou requerimento ao governo do Estado solicitando a concessão de patrocínio institucional aos clubes catarinenses que vão disputar o campeonato brasileiro de futebol.

Segundo Blasi, como Santa Catarina estará representada quando Figueirense, Avaí, Criciúma, Joinville e Tubarão entrarem em campo, aqui e em vários territórios brasileiros, seria "interessante e conveniente que o Estado se fizesse presente através de divulgação institucional". Ele ressalta ainda, que muitos jogos dessa competição terão ampla divulgação pela mídia eletrônica, com transmissão televisiva em canais abertos e fechados.

No campeonato brasileiro deste ano, o Figueirense será o representante catarinense na Série A, Avaí, Joinville e Criciúma estarão na Série B, e o Tubarão na Série C. (CW)

Aposentadoria do professor estadual

O deputado Clésio Salvaro (PFL) apresentou projeto que contempla o professor estadual, após 10 anos de efetivo exercício, o direito de averbar para fins de aposentadoria o tempo de serviço na atividade rural. Salvaro sustenta em sua justificativa que é necessário adequar o Estatuto do Magistério com as normas jurídicas vigentes no País beneficiando inúmeros professores que são ex-agricultores e se computarem o tempo de atividade rural já podem apresentar o requerimento de aposentadoria junto ao IPESC.

"Ocorre que a lei vigente não prevê esse cômputo e está causando inúmeros problemas aos professores que, com isso, são obrigados a ingressar na Justiça para obter o ganho desse direito, já que o IPESC não aceita", diz Salvaro. A maior parte dos professores que esta na situação de comprovação do tempo de serviço rural trabalhou individualmente ou em regime de economia familiar, ou seja, eram pequenos agricultores, por isso nada mais justo que o Estado adequar sua legislação para contemplar esses cidadãos, conforme avaliação do parlamentar. (CW)

Problemas sociais em Palhoça

O deputado João Rosa (PTB) fez indicação ao governador solicitando a adoção de ações institucionais urgentes, no sentido de serem amenizados os problemas sociais vividos por comunidades do município de Palhoça, decorrentes do impasse gerado pela discussão sobre a propriedade de terras. Existem dúvidas sobre o direito de propriedade das terras das localidades de Praia da Pinheira, Praia do Sonho, Guarda do Embaú, Passagem do Maciambú, Morretes I, Morretes II, Ponta do Papagaio, entre outras. Lembrou que o assunto já foi debatido em audiência pública na Assembleia, mas que a situação se agravou quando foi suspensa a autorização para que sejam realizadas ligações para fornecimento de água e energia elétrica.

"O problema maior - disse o deputado - é que essas medidas restritivas resultam na interrupção de construções que contam com mão de obra local e operários estão sendo dispensados. Muitos



joaorosa@alesc.sc.gov.br

moradores daquelas localidades estão sem as mínimas condições de subsistência, principalmente pela falta de trabalho. Por isso, dentro das ações emergenciais, é necessário a distribuição de cestas básicas a moradores devidamente cadastrados". (CW)

Estragos do gasoduto

Requerimento da deputada **Ideli Salvatti (PT)** ao gerente dos terminais da Petrobrás em Santa Catarina solicita "a imediata realização de reparos nas estradas de Tijucas", danificadas pelas obras de manutenção da rede do oleoduto que atravessa o município. Os estragos resultantes dos serviços realizados

no oleoduto fizeram com que muitas estradas ficassem em condições bastante precárias. A empreiteira encarregada de restaurar a trafegabilidade sub-empregou as obras para uma terceira empresa, que tem se recusado a assumir responsabilidades quando cobrada pelas autoridades do município. (CW)

Remédios para o cidadão

A criação do programa estadual remédio cidadão foi sugerida pelo deputado **João Macagnan (PFL)**, através de indicação ao governador e ao secretário da Saúde. Objetiva dinamizar o setor de atendimento à população carente que faz uso de remédio contínuo. "Com esse programa estaremos realmente promovendo política de saúde pública, pois um

diabético, hipertenso e outros doentes que fazem uso permanente de medicamentos, não podem depender dos postos de saúde, raramente abastecidos dos remédios necessários a cada caso. Estaremos facilitando a vida das pessoas que, em sua maioria, não tem condições financeiras para adquirir os remédios na rede privada de farmácias", assinalou. (CW)

3ª idade conta histórias

Indicação do deputado **Ronaldo Benedet (PMDB)** ao governador e à secretária da Educação solicita a criação do programa intitulado *A 3ª Idade Conta Histórias nas Escolas*, onde o idoso poderá contar a sua experiência de vida e falar sobre o processo de transformação das cidades onde os alu-

nos vivem, ressaltando os valores éticos e familiares.

Em sua justificativa, Benedet esclarece que a sugestão visa acima de tudo contribuir com a interação entre escola e comunidade, da criança com o idoso, criando a consciência na criança da importância dos mais velhos. (CW)

Crédito de custeio

Ao presidente da República, ao ministro da Agricultura e a várias autoridades em Brasília, foi encaminhada moção do deputado **Herneus de Nadal (PMDB)** solicitando providências no sentido de conceder crédito de custeio aos agricultores familiares que não pagaram o financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), e não foram beneficiados com o rebate de R\$ 500,00.

"A Resolução nº 3.004, de 29 de julho de 2002, do Ban-

co Central, dá tratamento desigual aos agricultores familiares que pagaram o Pronaf e os que estão inadimplentes por se encontrarem em situação de emergência, devido a estiagem ocorrida no oeste do estado. A medida do BC se constitui em flagrante inconstitucionalidade, por dar tratamento desigual aos agricultores que, estando em situação de emergência, estão protegidos pelo princípio da isonomia", defendeu Nadal. (CW)

Proposições

Deputado Romildo Titon (PMDB) ao governador solicita a realização de convênio entre o estado e o município de Fraiburgo, visando a pavimentação asfáltica das ruas do Distrito Industrial da Liberata.

Deputado João Macagnan (PFL) ao governador e às secretárias da Educação e da Família requerendo a instituição do programa de trabalho sócio-educativo do adolescente para atuação como aprendizes-auxiliares de agentes comunitários.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao DNIT/SC pedindo a instalação de lombada eletrônica na BR-470, em frente à Escola de Educação Fundamental Cecília B. H. Cardoso, da localidade de Salto Pilão, em Lontras.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao governador indagando qual o valor investido na construção de conjunto Habitacional Ademar Garcia, em Joinville, número de casas construídas etc..

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao superintendente do INSS/SC solicitando o aumento do quadro de funcionários do órgão, especialmente na gerência de Chapecó, para agilizar a conclusão dos processos de segurados da Previdência Social.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG/SC, parabenizando pela eleição e posse da nova diretoria da entidade, desejando uma gestão de sucesso.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) à secretária da Educação solicitando a implantação do ensino médio e de uma biblioteca na Escola Senador Rodrigo Lobo, em Joinville.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao governador solicitando o encaminhamento de cópia do contrato e aditivos da reforma do prédio da Secretaria do Oeste, com sede em Chapecó.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) à secretária da Educação solicitando documentos referentes à reforma realizada no ginásio de esportes da Escola de Educação Básica de Lajú, distrito de Mondaf.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) ao governador e à secretária da Educação pedindo a construção de um ginásio de esportes no bairro São Defende, em Criciúma.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador indagando se a administração estadual repassou recursos à Sociedade Cultural e Beneficente Santa Terezinha, de Jacinto Machado, qual a origem e o valor.

Deputado Volnei Morastoni (PT) ao governador e ao diretor do DER/SC solicitando a instalação de lombada eletrônica na BR-470, entre os kms 5 e 5,5, em Navegantes.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao presidente da Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul cumprimentando pelos 88 anos de fundação daquela entidade.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao governador solicita a construção de uma ciclovia e passeio para pedestres ao longo da rodovia Airton Senna, trecho da SC-453, em Fraiburgo.

Deputado João Macagnan (PFL) as autoridades e ao povo de Brusque cumprimentando-os pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa do município.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à Telesc Brasil Telecom requerendo a implantação de linhas de telefonia fixa e de um telefone público, para atender a localidade de Ribeirão do Salto em Lontras.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao governador e à secretária da Educação, indagando sobre a oferta de vagas no Ensino Fundamental e Médio nas escolas da rede estadual na região de Itajaí.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao secretário da Agricultura solicitando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00, para a construção de açudes na zona rural de Jardinópolis.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao secretário da Segurança solicitando a instalação de um posto policial no bairro Coloninha, e reforço do policiamento no Jardim Castanheiras, ambos na capital.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao diretor do DNIT/SC pedindo melhorias para a BR-282, no trecho entre Campos Novos e São Miguel do Oeste. (CW)

GERAL

Livro conta história da família Ramos

(foto Solon Soares)

Depois de 30 anos de pesquisa através de cartas, telegramas, contatos pessoais, viagens e consultas a veículos de comunicação, o ex-deputado Celso Ramos Filho fez noite de autógrafos nessa quarta-feira (07), no hall da Assembléia Legislativa, do seu livro *Coxilha Rica*, que conta a história da família Ramos. O autor é filho do ex-governador Celso Ramos e a obra é uma das principais já publicadas por ele.

A história começa em 1750, quando da vinda para o Brasil do casal Matheus José Coelho e Maria



Autor fala aos convidados

Antônia de Jesus, que fixou residência na Vila de São Miguel da Terra Firme, município de Biguaçu. O casal teve três filhos e seus descendentes se espalharam por Santa Catarina e pelos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Um de seus filhos, Laureano José Ramos teve

nove filhos e fixou residência em Coxilha Rica, município de Lages, onde tornou-se destacado fazendeiro e homem público.

No livro com mais de 400 páginas, o autor relata a biografia de uma centena de descendentes de Laureano, com atenção especial para os que tornaram-se conhecidos por suas atuações política e profissional. Entre eles estão Belisário Ramos, Vidal Ramos, Nereu Ramos, Aristiliano Ramos e Celso Ramos. "A

genealogia da família Ramos se confunde com a própria história de Lages e do Estado", diz o autor, que ao final do livro encartou 13 painéis onde é possível encontrar o nome de cada um dos membros da família Ramos, desde a primeira até a nona geração. (RMP)

Políticas públicas

As diretrizes da atuação do psicólogo nos setores públicos e não governamentais do Estado será tema da discussão do 1º Fórum de Políticas Públicas. O evento, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia, acontece nessa sexta (9) e sábado (10), entre 8 e 19 horas, no plenário da Assembléia.

A iniciativa da categoria é para dar continuidade as discussões e reivindicações levantadas durante o 6º Congresso Nacional de Psicologia - Qualidade, Ética e Cidadania nos serviços profissionais construindo o compromisso social da Psicologia.

Esta primeira edição pretende abrir o debate nas áreas de saúde, infância e adolescência, justiça e segurança, trânsito e circulação humana. As inscrições são gratuitas, mas as vagas limitadas. (SD)

Santa Catarina Canta e Encanta

Projeto garante a abertura de novo espaço aos artistas catarinenses

A partir de julho cantores, músicos ou grupos musicais de Santa Catarina passaram a utilizar o hall da Assembléia Legislativa para apresentações. A primeira edição do projeto foi no último dia 18. A abertura desse novo espaço foi aprovado por unanimidade antes do recesso parlamentar a partir de uma proposta apresentada pela deputada Ideli Salvatti (PT). O objetivo é divulgar o trabalho dos artistas do Estado.

As atividades do projeto cultural serão realizadas todas as quintas-feiras, das 20h

às 22h. Os equipamentos de som necessários para a realização do evento são disponibilizados pela Casa. A organização do evento é de responsabilidade da assessoria cultural da Alesc, que cuida da inscrição dos artistas interessados em fazer a apresentação.

As apresentações são veiculadas pela TV Assembléia (TV AL), que tem um caráter público. A exibição é ao vivo para diversas cidades do Estado e ainda gratuita para retransmissões posteriores.

O músico da estréia - A inauguração do espaço aconteceu com Carvalhinho, músico de Florianópolis com repertório diversificado. Inclui composições próprias, MPB, forró e samba.

Valores locais - No dia 25 aconteceu a segunda apresentação musical do projeto com o Grupo Bom Partido, que tem no seu repertório o samba de raiz.

Violinista clássico - O violinista clássico Ananias Alves de Almeida foi a atração do dia 1º de agosto. Natural de Lençóis, na Bahia, mudou-se para Santa Catarina no início da década de 70 e atualmente mora em Joinville.

MPB - Nessa quinta-feira (8) foi a vez de Ana Paula, cantora residente em Tubarão, mostrar seu talento. (AI)

Agenda

Dia 13, às 19 horas - Lançamento do livro *Voto Eletrônico - É mais seguro votar assim?*, da jornalista Mônica Corrêa da Silva
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 14, às 19 horas - Lançamento do livro *O Ato Médico - Aspectos éticos e legais*, de Newton W. da Luz, Francisco R. de Oliveira Neto e José Batista Thomas
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 15, às 14 horas - Audiência pública da Subcomissão Especial sobre Segurança Pública, subordinada a Comissão de Trabalho, sob a presidência do Deputado Jaime Mantelli (PDT)
Assunto: Reeducação da criança e do adolescente
Local: Sala das Comissões

Dia 20, às 19 horas - Retratos de Santa Catarina - Fraiburgo
Local: Hall da Alesc

Dia 27, às 19 horas - Retratos de Santa Catarina - Papanduva
Local: Hall da Alesc